

A literatura de viagens e as viagens na literatura portuguesa: entre sonho e realidade

Maribel MALTA PARADINHA
Leitora do Instituto Camões no México
Universidad Nacional Autónoma de México

Los viajes marítimos de la expansión portuguesa fueron el marco más importante de la llamada Literatura de Viajes en Portugal, que encontró en *Os Lusíadas*, de Luís de Camões su realización estética más elevada. Durante siglos, los logros de la expansión marítima y el discurso panegírico de Camões devolvieron a la nación una autoimagen que ideológicamente se quiso cristalizar. Tres autores retoman en los siglos XX y XXI el tema de los viajes de la expansión para dar una lectura crítica de esa autoimagen secular anacrónica. *As Naus*, de Lobo Antunes, *Uma Viagem à Índia*, de Gonçalo M. Tavares, y *O Conto da Ilha Desconhecida*, de José Saramago son abordados en este artículo como una nueva propuesta de construcción identitaria.

PALABRAS CLAVE: literatura de viajes, Identidad, Camões, Lobo Antunes, Gonçalo M. Tavares, Saramago.

The maritime travels of the Portuguese expansion where the most important framework of the so-called Travel Literature in Portugal, which found in *Os Lusíadas*, of Luís de Camões its most elevated aesthetical achievement. For centuries, the success of the maritime expansion and the Camões' eulogistic discourse gave the Portuguese nation back an auto image that ideologically wanted to be crystallized. Three authors reintroduced the expansion travels' theme to give a critical lecture of this secular and anachronistic auto image. *As Naus*, by Lobo Antunes, *Uma Viagem à Índia*, by Gonçalo M. Tavares, and *O Conto da Ilha Desconhecida*, by José Saramago are raised in this article as a new proposition of identity construction.

KEY WORDS: travel literature, identity, Camões, Lobo Antunes, Gonçalo M. Tavares, Saramago.

Para viajar, basta existir.
Fernando Pessoa

Etimologicamente, a palavra *viagem* parece ter origem no provençal *viatge*, por sua vez oriunda do latim, *viaticum*, que se refere a “o que serve para a viagem; provisões ou dinheiro para a viagem” (Machado: *vide* «viagem»). E se nos preparamos com provisões ou dinheiro é porque sabemos que não conhecemos o que nos espera nesse

percurso que resolvemos empreender. Portanto, estará também aqui subjacente, segundo entendemos, a ideia de “desconhecido”, de ignorado, de inesperado.

Este contacto com o desconhecido implica em muitos casos —se não na maioria deles— o contacto com o Outro e o processo de aprendizagem daí decorrente, tanto para o que empreende a viagem como para o que é “visitado”. Veja-se, a título de exemplo, dois dos grandes clássicos da literatura inglesa: *Robinson Crusoe* (1719), do inglês Daniel Defoe, e *As viagens de Gulliver* (1726), do irlandês Jonathan Swift. Ambos se baseiam não só em viagens, como mais concretamente em viagens marítimas.¹

1. *A literatura de viagens e as viagens na literatura portuguesa*

Em Portugal, são também as viagens marítimas que marcam, segundo boa parte dos autores, o início da chamada Literatura de Viagens.

De acordo com Fernando Cristóvão, entende-se por Literatura de Viagens um conjunto de textos cujos temas, motivos e formas estão relacionados com a viagem e respeitam critérios de literariedade —não se incluindo, portanto, aqueles que por dele se afastarem pertencem à História ou à Antropologia— e que respeitam certas características semiológicas, históricas, de edição e de receção próprias a este subgénero da literatura (15-16). Contudo, o entendimento sobre o que cabe no conceito de Literatura de Viagens não tem sido consensual para os estudiosos portugueses.² Nesse sentido, propõe Cristóvão, uma tipologia da literatura de Viagens, dividida em cinco categorias principais, que não respeitam uma seriação segundo um agrupamento cronológico ou geográfico (do destino da viagem ou da origem dos viajantes), mas uma sistematização segundo critérios temáticos: viagens de peregrinação; viagens de comércio; viagens de expansão (que incluem três subcategorias: política, religiosa e científica); viagens de erudição, formação e de serviços; e viagens imaginárias (37-52).

As viagens por motivações religiosas (peregrinações), que remontam aos tempos da Antiguidade, terão sido as primeiras de que temos nota, tendo sido deixado registo escrito desde o século XIII. Igualmente dignas de nota nesse século são as viagens por motivações económicas, que congregavam, inicialmente, em Flandres e na península itálica os dois mais importantes centros de comércio, tendo-se, posteriormente, expandido para o Oriente com as rotas terrestres da seda e das especiarias. O desejo dos

¹ Os títulos originais são disso esclarecedores. O título inicial de *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe era *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner: Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an un-inhabited Island on the Coast of America, near the Mouth of the Great River of Oroonoke; Having been cast on Shore by Shipwreck, wherein all the Men perished but himself. With An Account how he was at last as strangely deliver'd by Pyrates*. O título oficial de *As viagens de Gulliver* (1726), do irlandês Jonathan Swift era primeiro *Travels into Several Remote Nations of the World, in Four Parts. By Lemuel Gulliver, First a Surgeon, and then a Captain of Several Ships*.

² Sobre as hesitações na classificação do género e a inclusão de certos textos na chamada Literatura de Viagens, vide Cristóvão, 1999:15-37.

portugueses de obter o monopólio destas rotas por via marítima potenciou, com a viagem de Vasco da Gama até à Índia, as relações comerciais à escala mundial.

Estas duas motivações —a religiosa e a comercial— estão também na base das chamadas “viagens de expansão”, encabeçadas por portugueses e espanhóis. Contudo, as motivações de ordem religiosa não se prendem agora com o culto dos santos que animava o espírito medieval, mas com o desígnio de imposição religiosa e cultural, a fim de preencher o “vazio espiritual do Novo Mundo” (Cristóvão: 45). Outra das motivações das “viagens de expansão” foi a ambição de aumentar o território, legitimada pelas bulas papais que davam poderes às coroas espanhola e portuguesa de “invadendi, conquirendi, expugnandi, debellandi et subjugandi, illorum [*sic*] personas, in perpetuum servitutum” (*ibidem*: 44). À expansão política e religiosa, veio juntar-se a expansão científica: depois das primeiras descrições sobre o Novo Mundo, as coroas ibéricas incorporam, nas tripulações, intelectuais preparados para descrever com maior rigor científico aquilo que antes era descrito com certo maravilhamento. Esse foi um importante contributo para o desenvolvimento da Botânica, da Zoologia e da Antropologia (*ibidem*).

É justamente nos textos produzidos no âmbito desta expansão marítima (a que Cristóvão dá o nome de “viagens de expansão”) que nos queremos, agora, deter.

1.2. A literatura das “viagens de expansão”

Primeiro, são os roteiros, os guias náuticos e os diários de bordo, ou seja, documentos técnicos de navegação que serviam para orientação aos marinheiros. Estes textos levantam muitas vezes o problema da *literariedade*. Se para Fidelino Figueiredo, “os roteiros de viagem, as relações de naufrágio, a epistolografia” são “géneros menores” que não podem propriamente ser considerados géneros literários visto que “o seu objetivo não era deliberadamente procurar a emoção estética” (*fide* Cristóvão: 22) ou se, para António José Saraiva e Óscar Lopes, “a literatura de viagens portuguesa quinhentista e seiscentista não passou de um nível de reportagem” (*ibidem*), certo parece ser também que estes textos não são exclusivamente documentos técnicos, meramente descritivos: eles fazem-se muitas vezes acompanhar de comentários e impressões pessoais sobre o mundo novo que se vai apresentando aos olhos destes. É destes comentários que se começa a desprender o valor literário dos textos produzidos à volta do tema das viagens, muitas vezes escritos com uma preocupação retórica e artística próxima do ficcional, ainda que, em muitos casos se venha mais tarde a defender a seriedade e imparcialidade dos autores dos relatos, como o faz Nicolau Pagliarini, diretor-geral da *Regia Officina Typografica*, numa nota paratextual de apresentação à edição da obra *Da Ásia*, de João de Barros e Diogo Couto, em 1778:

É João de Barros sem controvérsia o escritor mais grave que tem a História portuguesa, ou se considere a grandeza da matéria ou a do estilo. [...] A grandeza do estilo é em tudo igual à dos feitos; de sorte que na narração das conquistas portuguesas é João

de Barros justamente comparado com Tito Lívio, entre os latinos; não só por dividir em décadas toda a sua obra, mas também pelo igualar no modo grave e sisudo com que as escreveu. ([s. p.]).

Esta pretensão de retidão e justeza no relato das viagens é, no entanto, posterior aos primeiros documentos, que eram cartas e roteiros destinados ao rei, sem preocupações de objetividade e credibilidade tão marcadas:

[...] não deixarei também dar disso [da chegada dos navegadores portugueses às terras brasileiras] minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, **ainda que —para o bem contar e falar— o saiba pior que todos fazer!** Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afeiar, aqui não há de [sic] pôr [sic] mais do que aquilo que **vi e me pareceu**. [ênfases nossas] (Caminha: [s. p.]).

No fragmento acima destacado, o recurso à meiose³ (“ainda que —para o bem contar e falar— **o saiba pior que todos fazer!** [...] tome Vossa Alteza minha **ignorância** por boa vontade”), a presença da primeira pessoa do singular (“não deixarei”, “como eu melhor puder”, “saiba”, “minha”, “vi e me pareceu”) e a imparcialidade expressa no uso do verbo “parecer” dão conta de um discurso que é produto do sujeito e, portanto, mais próximo do literário do que do relato técnico. Pero Vaz de Caminha propõe-se, assim, fazer um relato da chegada dos portugueses ao Brasil engastado de impressões pessoais, que chega, em vários momentos, a ser ufanista.

O *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama* (1497-1499), atribuído a Álvaro Velho, é, de acordo com a página do Centro Virtual Camões, “[...] a primeira obra de interesse decisivo [...] que permanece como um dos textos fundamentais de toda a literatura de viagens” (cf.: Instituto Camões: [s. p.]). Depois deste, podemos assinalar a *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil* (1500),⁴ de Pero Vaz de Caminha. Multiplicam-se as viagens marítimas e, com elas, os textos deste tipo: servem, a título de exemplo, a *Verdadeira Informação do Preste João das Índias* (1540), do Padre Francisco Álvares; o *Tratado das Cousas da China* (1570), de Frei Gaspar da Cruz; o *Itinerário da Terra Santa* (1593), de Frei Pantaleão de Aveiro; a *Etiópia Oriental* (1609), de Frei João dos Santos; ou o *Itinerário da Índia por Terra* (1611), de Frei Gaspar de São Bernardino.

³ A meiose é uma figura de retórica próxima da litotes, que consiste na diminuição do valor de uma determinada coisa ou referência à mesma, de forma depreciativa. O recurso a esta figura de atenuação do pensamento ocorre em situações de comunicação irônica, i. e., visando expressar o oposto daquilo que, efetivamente, se diz.

⁴ Sobre este documento de valor histórico e literário tanto para Portugal como para o Brasil, note-se a diferença no título pelo qual é conhecido num e noutro país: em Portugal, conhece-se como *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil* (1500), de Pero Vaz de Caminha; no Brasil, como *Carta de Pêro Vaz de Caminha*.

Além destes textos que se consideram lavrados por memorialistas,⁵ temos também outros de autores que são abarcados dentro do cânone literário e que também se inspiraram nas viagens marítimas para produzir algumas das suas obras: a *Crónica da Guiné* (1453), do cronista Gomes Eanes de Zurara; o *Auto da Índia* (1509), de Gil Vicente e, sobretudo, aquela que foi considerada a grande epopeia portuguesa, *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões.

Outra produção literária durante a segunda metade do século XVI centra-se nos relatos dos naufrágios, que permitem as descrições pormenorizadas não só dos acontecimentos fatídicos do naufrágio em si, como também das reações humanas provocadas pelos medos e a luta pela sobrevivência, muitas vezes assentes no patético, e que constituem o que se considerou ser a “contra-epopeia”, o “anti-épico”: a relação conhecida por *Naufrágio de Sepúlveda*, de Jerónimo Corte-Real (1594);⁶ as relações avulsas⁷ reunidas e publicadas em dois volumes por Bernardo Gomes de Brito, sob o título de *História Trágico-Marítima* (1735-1736); e a *Peregrinação* (1614),⁸ de Fernão Mendes Pinto.⁹

A *Peregrinação* é o primeiro texto português sobre os *topói* das viagens que aparece em primeira pessoa: “vi” / “vimos”, “entrei” / “entrámos”. Por outro lado, as descrições das paisagens e dos animais extraordinários representavam para o leitor português um delirante e fantasioso relato, um mundo fantástico. Tão fantástico, que durante vários séculos ninguém deu credibilidade aos relatos de Fernão Mendes Pinto, chegando mesmo a zombar dele com uma espécie de adágio feito a partir do próprio nome do autor, que ainda hoje é conhecido: “Fernão, mentes? Minto!”¹⁰ Ana Paula Laborinho diz (*ibidem*), a propósito, que os relatos tão fantásticos de Fernão Mendes Pinto deveriam provocar no leitor sensivelmente o mesmo efeito que as descrições dos extraterrestres hoje em dia. E, talvez por isso, esta obra foi, mais do que os relatos de espanhóis e italianos, um dos livros sobre viagens mais lidos em toda a Europa (curiosamente, em Portugal a obra foi proibida) durante o século XVII.

⁵ A intenção de “fixar na memória” dos portugueses tão grandes feitos históricos é, muitas vezes, claramente expressa nos prólogos às obras.

⁶ A qual terá inspirado o espanhol Francisco de Contreras no poema “Nave Trágica da Índia de Portugal” (1624).

⁷ *Relação do Naufrágio da Nau Santiago*, de Manuel Godinho Cardoso; *Relação do Naufrágio da Nau São Bento*, de Manuel de Mesquita Perestrel; e *Relação do Naufrágio da Nau Conceição*, de Manuel Rangel.

⁸ A obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto só foi publicada em 1614, mas terá sido escrita antes de 1580.

⁹ Para informação adicional, *vide* Pinto (1994).

¹⁰ Rui Zink considera que, tendo em conta a proibição da obra em Portugal e os elevados níveis de analfabetismo no país, este adágio terá correspondido a um projeto institucional de difamação do autor (*cf.* Mendes).

1.3. *O navegador português: um paradigma do viajante*¹¹

Estes relatos de naufrágios baseados em histórias reais serão mais tarde desenvolvidos como um *topos* diegético, tanto por Daniel Defoe (*Robinson Crusoe*, 1719) como por Jonathan Swift (*As Viagens de Gulliver*, 1726).

N^o *As Viagens de Gulliver*, o navio onde viaja a personagem principal da história naufraga nas costas de uma ilha chamada Lilliput, habitada por lilliputianos, seres muito pequenos que faziam a guerra entre si por coisas mesquinhas. Jonathan Swift parece ter aproveitado a obra para criticar a sociedade inglesa e francesa em constante luta pela dominação do Outro.

A história de *Robinson Crusoe*, que passou vinte e oito anos numa ilha deserta, diz-se ter sido inspirada no naufrago escocês Alexander Selkirk, que viveu durante quatro anos numa ilha do Pacífico,¹² na costa chilena. Em 1996, a investigadora portuguesa Fernanda Durão Ferreira, publicou o livro *As fontes portuguesas de Robinson Crusoe*, onde defende a tese de que “Crusoe é uma colcha de retalhos montada com histórias de navegantes portugueses dos séculos XV e XVI, muito populares na Inglaterra naquele tempo” (Sachetta), como afirmou à revista brasileira *Veja*, onde se lê ainda: “a saga do naufrago solitário coincide em muitos aspetos com a história fabulosa de Fernão Lopes,¹³ um português que viveu em Santa Helena, então uma ilha deserta na costa meridional da África, e morreu em 1546” (*idem*). As semelhanças apontadas pela investigadora são numerosas:

Fernão Lopes criava animais e plantava hortaliças. Robinson Crusoe também. O português tinha por companhia um homem negro e um galo, que fazia as vezes de animal de estimação. Crusoe tinha o criado Sexta-Feira e um papagaio. [...] A ilha imaginária onde Crusoe viveu, no Caribe, é cópia da Ilha de Goreia, na costa do Senegal, descrita pelos cronistas João de Barros, Valentim Fernandes e Gomes de Azurara, até hoje notáveis fontes dos historiadores. Crusoe repete “ai, pobre de mim”, a mesma lamúria de um português no livro *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Até *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, entrou na receita de Defoe: o pai de Crusoe se opõe à sua viagem como o ancião¹⁴ que protesta pela partida de Vasco da Gama (*idem*).

¹¹ Agradeço à Dra. Leonor Torgal Ferreira várias das considerações aqui tecidas bem como as referências sobre a imagem do português como viajante na literatura universal.

¹² Alexander Selkirk terá vivido numa ilha do Pacífico chamada “Más a Tierra”, que, em 1966, foi renomeada “Ilha Robinson Crusoe”.

¹³ Fernão Lopes era um português que tinha sido castigado em Goa, na Índia, por traição à Coroa Portuguesa. O rei mandou amputar-lhe a mão direita, o polegar esquerdo, o nariz e as orelhas. Depois da humilhação, de regresso a Portugal o navio onde vinha terá parado, para se abastecer de água, na ilha de Santa Helena, na Costa Meridional de África, onde terá Fernão Lopes vivido o resto dos seus dias.

¹⁴ Aqui a autora faz referência ao episódio do Velho do Restelo. Neste episódio, as naus estão em Belém, prontas a partir para a viagem marítima, e o velho faz, recorrendo à cominação, uma série de previsões catastróficas e castigos (para Portugal, as suas mulheres, os seus filhos e os homens que partem), decorrentes da partida das caravelas em busca das riquezas cobiçadas.

E o artigo da revista acrescenta ainda mais argumentos da investigadora Fernanda Durão Ferreira à *inspiração lusófona* em *Robinson Crusoe*:

Ao longo do romance, Defoe deixou pistas de sua inspiração, como a profusão de referências que faz a Portugal. Robinson Crusoe é salvo por uma nau lusitana, passa um tempo em Lisboa, percorre a costa do Brasil-Colônia e não poupa elogios ao navegante português, “homem amável, de envergadura física e moral, conhecedor de terras e mares longínquos”. O próprio Crusoe parece dar dica das fontes de Daniel Defoe quando conta que encontrou na carcaça do barco afundado “três *Biblias* muito boas que me tinham enviado da Inglaterra [...] e alguns livros portugueses”. [sic] (*idem*)

Não é de admirar que as narrações de viagens dos portugueses tivessem inspirado Daniel Defoe. Sabemos que os relatos de viagens e naufrágios de portugueses eram lidos por toda a Europa e sabemos também que, muito antes de *Robinson Crusoe* (1719), já Thomas More tinha dado em *Utopia*, em 1516, provas do reconhecimento europeu dos portugueses como grandes viajantes.¹⁵ Dois séculos antes de *Robinson Crusoe*, já os portugueses tinham fama de viajar por todo o mundo e de relatar de maneira extraordinária tudo o que tinham visto.¹⁶ É, pois, a partir de um encontro com um português que viajava com Américo Vespúcio, Rafael Hythlodeu, que se desenrola toda a narrativa de *Utopia*. Peter, amigo de Thomas More, introduz o português da seguinte maneira:

Nenhum como ele, entre os vivos, poderá falar-vos de terras e homens incógnitos, por cujas questões conheço a vossa infinita curiosidade. [...] Abandonou aos seus irmãos a quinta que tinha no seu país —pois é português— levado pela sua afeição de conhecer o mundo, a sua constante companheira nas últimas três das suas quatro viagens, cuja relação se lê já por toda a parte (Moro: 23).¹⁷

¹⁵ Um pouco por toda a Europa corria também a lenda de Preste João, um imperador etíope convertido ao catolicismo da época das Cruzadas. Preste João é apresentado da seguinte maneira: “um soberano poderosíssimo, servido por 1 patriarca, 12 metropolitans, 20 bispos, 7 reis, 60 duques e 365 condes, com um exército de 10 000 cavaleiros e 100 000 infantes; o seu reino, onde não existe a mentira nem qualquer forma de malícia, é banhado pelo Indo, que nascido no Paraíso terrestre, rola no seu leito pedras preciosas e cuja água cura todas as enfermidades” (Thomaz: *vide* “Preste João”). Por um lado, parece-me interessante tomar aqui em conta esta descrição lendária que corria por toda a Europa, que corresponde a uma idealização que vamos também encontrar em *Utopia*. Por outro lado, acrescenta ainda o autor, “[o] desejo de entrar em contacto com o Preste João [...] é um dos cinco objectivos que, segundo o famoso capítulo VII da *Crónica da Guiné*, tinha em mira o infante D. Henrique ao mandar descobrir a costa africana para além do Bojador” [sic] (*ibidem*).

¹⁶ Esta fama perpetua-se no tempo. Por exemplo, nas aventuras de Sandokan, do veronês Emilio Salgàri (1862-1911), o melhor e mais fiel amigo de Sandokan é Ianes de Gomera (ou Yanez de Gomera), um português de origem nobre, temido aventureiro com um passado misterioso, que tinha atravessado meio mundo antes de chegar a Mompracem.

¹⁷ Tradução minha.

Numa dessas viagens, Rafael Hythlodeu terá encontrado uma sociedade idílica, numa ilha perfeita, onde viveu durante cinco anos, que parecia não existir em nenhum lugar (daí o nome “Utopia”, o não-lugar¹⁸). A ilha da Utopia, como lugar da felicidade e modelo de sociedade baseado na cooperatividade, foi o ponto de comparação para a crítica que More faz na sua obra às civilizações ocidentais, ainda que o relato da existência dessa ilha tivesse vindo de um português, cujo apelido era Hythlodeu, nome que vem do grego e significa “aquele que diz disparates, coisas sem sentido; um fala-barato” (cf. Reis, s. d.: 8). E isto lembra-nos o trocadilho feito pelos portugueses incrédulos em relação aos relatos fantásticos de Fernão Mendes Pinto: “Fernão, mentes? Minto!”

1.4. *Do maravilhamento face ao Outro ao empoderamento da nação*

Também nos parece natural que toda essa organização social, tão distante da estrutura piramidal europeia com o rei à cabeça —gozando da riqueza do reino— e o povo na base dela —pobre, faminto e devastado pela peste— parecesse, a um europeu, tão idílica. Seguramente, a natureza afigurava-se mais generosa noutras latitudes, as riquezas cobiçadas nessa altura mais fáceis de conseguir e, em alguns lugares, o clima mais dócil: “A terra é muito abundante em muitas árvores e muitas águas boas e inhames e algodão” (*Relação do Piloto Anónimo sobre o Descobrimento do Brasil*: 3),¹⁹ “[d]e ponta a ponta é toda praia parma, muito chã e muito formosa” (Caminha: [s. p.]). A descrição que Luís de Cadamosto faz de Cabo Verde, que se encontra reproduzida no livreto que acompanha o álbum *Auto da Pimenta* (1991), de Rui Veloso, aponta também nesse sentido:

[...] Este Cabo chama-se Cabo Verde porque os primeiros que o acharam [...] o acharam inteiramente verde pelas grandes árvores que continuamente estão verdes todo o tempo do ano [...] Faço notar que, além do dito Cabo Verde, entra pela terra dentro um golfo; e a costa toda ela é baixa, abundante de enormes e formosas árvores [...] e chegam estas árvores à praia a um tiro de besta, que parece que bebem do mar, o que é formosa coisa de se vê[r] [*sic*] [...]. As mulheres deste país são muito prazenteiras e alegres, e cantam e bailam de bom grado, especialmente as novas; mas não bailam a não ser à noite, à luz da lua...

Ainda hoje o nosso imaginário acerca dos trópicos assenta numa ideia de abundância espontânea, beleza harmoniosa e equilíbrio —os chamados “paraísos terrestres”— que contrastam com a Europa de então, de tal maneira que o *exótico*, se não mais sedutor que o próprio, era seguramente fonte de assombro ou maravilhamento. Vejamos,

¹⁸ Do grego: *οὐ* (“não”) e *τόπος* (“lugar”), isto é: o “não-lugar” ou “lugar que não existe”.

¹⁹ A descrição encontra-se na carta não assinada enviada pelo piloto da caravela ao Rei D. Manuel. Faz parte —junto com a *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil* (1500), de Pero Vaz de Caminha— dos três documentos mais representativos das primeiras impressões dos portugueses sobre o Brasil.

por exemplo, a descrição que um piloto da frota de Pedro Álvares Cabral faz de certo peixe:

[...] estes homens têm redes e são grandes pescadores e pescam peixes de muitas espécies, entre os quais vimos um peixe que apanharam, que seria grande como uma pipa e mais comprido e redondo, e tinha a cabeça como um porco e os olhos pequenos e não tinha dentes e tinha orelhas compridas do tamanho dum braço, e da largura de meio braço. Por baixo do corpo tinha dois buracos, e a cauda era do comprimento dum braço e outro tanto de largura. E não tinha nenhum pé em sítio nenhum. Tinha pêlos [sic] como o porco e a pele era grossa como um dedo e as suas carnes eram brancas e gordas como a de porco. (*Relação do Piloto Anónimo sobre o Descobrimento do Brasil*: 3)

Daí, talvez, a dificuldade em acreditar nos relatos de Fernão Mendes Pinto, de Rafael Hythlodeu²⁰ ou de outros portugueses que registaram as impressões das suas viagens. Tais relatos mostram uma inverosímil realidade e testemunham o deslumbramento dos portugueses frente ao desconhecido.²¹ Tomemos ainda como exemplo a descrição das “casas muito bem feitas, douradas, ricas e muito galantes” ou das mulheres, “muito alvas e gentis [...] de cabelos muito bem pensados”, no *Tratado das Cousas da China* de Frei Gaspar da Cruz (cf.: *História e Antologia da Literatura Portuguesa*) ou a *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha, que diz o seguinte: “E uma daquelas moças era toda tingida de baixo acima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela” ([s. p.]).²²

²⁰ Ainda que seja uma personagem fictícia, Hythlodeu entra também nesta catalogação de fantasioso como os portugueses que, efetivamente, empreenderam viagens, relataram o que viram e receberam do público a manifestação da sua incredulidade.

²¹ O deslumbramento partiria, primeiro, do facto de Portugal, um país com pouco mais de um milhão e meio de habitantes na época da expansão portuguesa, ter tido contacto com um mundo tão vasto como este que se oferecia aos seus olhos graças às viagens marítimas. Por outro lado, esses mundos, tão novos para os portugueses, eram tão ricos e tão diferentes entre si e, por sua vez, tão diferentes do Portugal pobre e pequeno, que era a única realidade que conheciam.

²² Afigura-se-nos curioso que esta visão do Outro corresponde a critérios de exotismo que não são exclusivos das descrições dos portugueses. Tal maravilhamento não parte apenas dos navegadores portugueses face ao Novo Mundo, mas igualmente de outros quando, anos mais tarde, confrontados com a até então desconhecida realidade portuguesa. A título de exemplo, seguem duas notas anedóticas, que julgo contribuir para a leitura da descrição de Pero Vaz de Caminha: “As mulheres portuguesas — afirma Dumouriez — são de todas as europeias as que têm mais bela carnção, os mais bonitos dentes e lindos cabelos. [...] A pouca liberdade que lhes é dada [...] torna-as tão inacessíveis aos homens, especialmente se são estrangeiros, como o são os belos retratos que estão pendurados nas paredes. [...] As mulheres do povo [...] estão sujeitas ao mesmo regime de vigilância; encontram-se entre elas mulheres muito belas e, por mais pobres que sejam, têm uma arte e um esmero no penteado e no tocado que, para os exibir, até na rua andam descobertas” (Chaves: 51). Na *Voyage du ci-devant duc du Châtelet* acrescenta-se: “Têm espírito e são talvez mais animadas que as francesas. Quanto a galantaria, levam a palma a todas as europeias — têm expressa no rosto a sedutora meiguice que dá e pede prazer” (*ibidem*: 53).

Entende-se, portanto, que os portugueses estivessem fascinados com a beleza da terra, as suas mulheres e a “falta de pudor” que puderam encontrar em algumas regiões, tão libertadora em relação à Europa dominada pela vergonha e o recato que a Igreja católica impunha.

São esses idílios (o amoroso e o da natureza) que inspiram Camões no episódio “A Ilha dos Amores”, facto pelo qual a obra *Os Lusíadas* terá sido censurada e impedida de ser publicada quando o autor a terminou. Poderia *Os Lusíadas* destruir ou enfraquecer essa instituição que era o matrimónio, tão cara aos católicos, se as mulheres vissem confirmados na obra os rumores ou as suas suspeitas da traição dos seus maridos? Diz Camões:

Já não fugia a bela Ninfa, tanto
 Por se dar cara ao triste que a seguia,
 Como por ir ouvindo o doce canto,
 As namoradas mágoas que dizia.
 Volvendo o rosto já sereno e santo,
 Toda banhada em riso e alegria,
 Cair se deixa aos pés do vencedor,
 Que todo se desfaz em puro amor.

Ó que famintos beijos na floresta,
 E que mimoso choro que soava!
 Que afagos tão suaves, que ira honesta,
 Que em risinhos alegres se tornava!
 O que mais passam na manhã, e na sesta,
 Que Vénus com prazeres inflamava,
 Melhor é experimentá-lo que julgá-lo,
 Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.

Desta arte enfim conformes já as formosas
 Ninfas com os seus amados navegantes,
 Os ornam de capelas deleitosas
 De louro, e de ouro, e flores abundantes.
 As mãos alvas lhes davam como esposas;
 Com palavras formais e estipulantes
 Se prometem eterna companhia
 Em vida e morte, de honra e alegria.

(2000: est. 52-54)

E, se vissem aqui confirmadas as suas suspeitas, colocariam elas em perigo o êxito da expansão da Coroa Portuguesa, que já de si contava com tão poucos portugueses nas viagens marítimas e poderia contar com menos ainda se as mulheres ameaçassem

os seus maridos, caso eles mostrassem desejo de partir e servir a pátria? Não creio que tal fosse o caso, já que, por seu lado, Gil Vicente, no *Auto da Índia*, aponta e critica a infidelidade feminina em Portugal, quando os seus maridos estão ausentes, viajando por mar e enfrentando perigos, a caminho da Índia. Ao ver Lemos sair depois de ter tido relações sexuais com Constança, a criada comenta: “Quantas artes, quantas manhas / que sabe fazer minha ama / um na rua, outro na cama!” (16).

Por outro lado, contudo, a infidelidade da mulher apontada por Gil Vicente no *Auto da Índia* prende-se com a natureza leviana e astuta da mulher que o autor vê em Constança. Que o marido parta para terras longínquas é desejo dela (mais do que dele) para poder levar a sua vida de prazeres sexuais com quem lhe aprouvesse — e o Lemos não era o seu único amante. E se a retidão da mulher tem relação com o grau de moralidade desta (como uma qualidade intrínseca existente ou não nela, para a qual poderão ou não contribuir fatores externos, mas que não são a etiologia do problema) os preceitos imorais ou amorais dos marinheiros portugueses n’ “A Ilha dos Amores” teriam a ver não com o seu carácter ou cordura moral em si, mas com uma compensação justa que é dada aos homens (guiados pela própria Vénus), depois de sofrerem, no mar e em terras desconhecidas, tantos perigos e dificuldades em nome da pátria:

Assim a formosa e a forte companhia
 O dia quase todo estão passando,
 Numa alma, doce, incógnita alegria,
Os trabalhos tão longos compensando.
 Porque dos feitos grandes, da ousadia
 Forte e famosa, o mundo está guardando
 O **prémio** lá no fim, **bem merecido,**
Com fama grande e nome alto e subido
 (Camões, 2000: est. 88)²³

E deste ponto de vista, a Coroa portuguesa, que fomentou as viagens marítimas em prol do bem da nação, poderia parecer alimentar —ou, pelo menos, justificar— a infidelidade dos navegadores portugueses pelo ato de valentia que representava fazer-se ao mar e pelos logros alcançados (“fama grande e nome alto e subido”).

O tom panegírico d’*Os Lusíadas* de Luís de Camões corresponde ao mais alto reconhecimento oferecido à nação portuguesa pela aventura marítima e, simultaneamente, por toda a sua História, desde a fundação do reino de Portugal. Com as viagens da expansão, o consequente monopólio do comércio marítimo, a imposição da fé católica e da cultura portuguesa um pouco por todo o mundo, o desenvolvimento do saber náutico e o conhecimento adquirido sobre o Outro (que se espriava em descrições de carácter antropológico, botânico, geográfico e zoológico), Portugal era, então, um império em-

²³ Sublinhados nossos.

poderado. Faltava à nação o relato apaixonado e grandiloquente de tais feitos, digno de tom epopeico —lacuna que Camões viria, terminantemente, a preencher.

Iniciando o poema épico com a narração *in medias res*, Luís de Camões cruza os planos da Viagem (do caminho marítimo para a Índia), da História (de Portugal) e da Mitologia (convocando os deuses greco-latinos, que interferem com o decorrer da viagem, favorecendo a perseguição da mesma ou opondo-se a ela, por meio de castigos enviados). A História de Portugal vai sendo contada ao longo da viagem, a pedido dos vários governantes com quem se vão encontrando os navegadores portugueses nas suas paragens para aguadas ou abastecimento de víveres. Os deuses convivem com os humanos (portugueses), dando provas de certa inferioridade em relação a eles: enquanto que os navegadores lutam contra os perigos dos mares com inatacável heroísmo e dignidade, os deuses (com exceção de Vénus, que tem o povo português —intenso no amor e na paixão— entre os seus protegidos), movidos pela mesquinhez tão mais própria aos humanos do que aos deuses, deixam-se levar pela rivalidade e pelo ciúme, colocando obstáculos à concretização da viagem à Índia. Esta elevação dos portugueses à categoria de deuses é a coroação final pela grandiosidade dos seus feitos, que culmina, nos últimos dois cantos, com a chegada dos portugueses à Ilha dos Amores (uma viagem imaginária a uma ilha paradisíaca, povoada de Nereidas) e a recompensa dos prazeres carnavais que as ninfas estão dispostas a dar aos marinheiros lusos.

Nenhum outro autor, antes ou depois de Camões, parece ter correspondido a tal grau ao merecimento laudatório, à estética da identidade (Lotman) e a uma autoimagem da nação que Portugal queria ver imortalizada. Essa preocupação com a autoimagem da nação é visível na canonização d’ *Os Lusíadas*, em detrimento d’ *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto ou d’ *O Naufrágio de Sepúlveda*, de Jerónimo Corte-Real, como bem prova Hélio Alves (2003). Estes últimos são etiquetados de “lesa-pátria” e vetados ao esquecimento, por apresentarem os acontecimentos num discurso cru que evidenciava muitas vezes o patético. Em contrapartida, o discurso panegírico de Camões foi *premiado* com a canonização e, depois disso, o próprio Camões-homem. Alves afirma que “a caracterização comparativa dum Camões pobre, exilado e viril (uma espécie de *self-made man* da baixa nobreza) e dum Corte-Real rico, sedentário e efeminado pelo conforto, chegou tão-somente *a posteriori*; [e] facilitou a inclusão/exclusão do cânone nacional, mas não as originou” (31). Contudo, no imaginário português atual, pouco resta da caracterização de Corte-Real; em contrapartida, a caracterização romântica de Camões como um partícipe das navegações, um lutador pela pátria (que lhe valeu a perda de um olho numa expedição militar a Ceuta, em África), um conhecedor do Oriente (por ter sido degredado para a Índia), um homem corajoso (capaz de pôr a sua vida em risco para salvar a nado o *poema-espelho* da nação), um homem erudito e de cultura (protótipo do homem renascentista) continua a ser perpetuada no sistema escolar. À falta dum herói singular (já que o herói n’ *Os Lusíadas* é um herói coletivo, o povo português), é Camões quem encarna o herói português (Lourenço: 37-54). Ainda hoje, Camões e *Os Lusíadas* gozam, em Portugal, de uma forma de sinonímia intercambiável (Camões é a obra épica e vice-versa) e representam —obra e homem— uma das maio-

res (quando não a maior) referências da literatura portuguesa. Como resume Helder Macedo, “[Camões] pode ser usado —e tem sido usado— para bandeira não importa de quê, [...] da democracia ao fascismo” (Camões, 2009). “E nós vemos isso, por exemplo, no século XIX. É tão importante para liberais como para legitimistas. É tão importante, depois, para a propaganda republicana como para a reação monárquica a essa propaganda. É tão importante para a Primeira República, como, depois, para o Estado Novo”, conclui José Carlos Seabra Pereira (*idem*).²⁴ Estas posições dos investigadores exsudam a imagem de Camões (homem e obra, vistos indistintamente) que alimentou durante séculos o nacionalismo anacrónico em que Portugal viveu e que dão conta de uma tríade para sempre indissociável: Camões —*Os Lusíadas*— Portugal.

1.5. *Do Eu e o Outro ao Eu sem o Outro*

Fosse como fosse, a comparação com o Outro deu ao viajante português um instrumento para refletir sobre a sua própria condição, que mais tarde o autor brasileiro Oswald de Andrade resume de maneira jocosa, num pequeno poema que intitula “Erro de Português”, que aqui reproduzimos na íntegra: “Quando o português chegou / Debaixo de uma bruta chuva / Vestiu o índio. / Que pena! / Fosse uma manhã de sol / O índio tinha despido / O português”. Conquanto, a vivência da sexualidade de um e a da sexualidade de outro, que parece ilustrar o poema de Oswald de Andrade acima transcrito, entra numa linha comparativa superficial, a menos que seja entendido metaforicamente.

É nesse sentido que, para finalizar, gostaria de destacar os textos de três autores portugueses mais recentes: *As Naus* (1988), de António Lobo Antunes, *Uma Viagem à Índia* (2010), de Gonçalo M. Tavares e *O Conto da Ilha Desconhecida* (1997), de José Saramago.

Se bem que as obras recuperam o tema das viagens —como o fizeram outros autores nos séculos XIX, XX e XXI²⁵—, *As Naus* de Lobo Antunes tomam o tom de paródia

²⁴ O dia 10 de junho é o único feriado nacional dedicado a um poeta português. O “Dia de Camões” foi instituído, em 1910, pelos republicanos, inicialmente como feriado municipal de Lisboa. O Estado Novo converteu-o em feriado nacional e passou a ser designado por “Dia de Camões, de Portugal e da Raça”. Desde a sua criação, o feriado nacional foi assumindo-se como “Dia de Portugal”. Terá sido Salazar quem acrescentou “da Raça” à designação do feriado nacional, aquando do discurso proferido para a inauguração do estádio do Jamor, em 1944. Anos depois do fim do Estado Novo, em 1978, o feriado nacional passou a designar-se “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”.

²⁵ Francisco Maria Bordalo publica *Eugénio* (1846), cuja temática é a das viagens marítimas e com ele inicia o chamado “Romance Marítimo”, que retoma, *e. g.*, por mão de José Agostinho, em 1908, *Naufrágio de Sepúlveda*. No século XX, tanto *Mensagem* (1934), de Fernando Pessoa, como *Onde a Terra Acaba e o Mar Começa* (1940), de Afonso Lopes Ribeiro, recuperam o pendor nacionalista das viagens marítimas como elemento da identidade, do qual *Os Lusíadas*, de Camões foi, desde o século XVI, a expressão mais paradigmática. No século XX, Sophia de Mello Breyner Andresen publica *Navegações* (1988), um livro que foi considerado de evocação nostálgica (*cf.* Instituto Camões), que os críticos da obra de Sophia consideram não ter nada de nacionalista.

da época gloriosa dos descobrimentos. Transportando os protagonistas associados às viagens marítimas e à imortalização destas como feitos heróicos a um tempo presente, Lobo Antunes aponta para o processo inverso ao da glorificação, estabelecendo uma ponte com um presente silenciado e tocando criticamente o processo histórico por que passaram os *retornados*.²⁶ As personagens do romance tomam os nomes dos antigos heróis da pátria que vivenciam, na obra de Lobo Antunes, um forte processo de degradação. O Padre António Vieira é, n' *As Naus*, expulso do “cabaré de Lixboa”[sic], por exemplo. E também não há glória para Pedro Álvares Cabral, Luís de Camões, Gil Vicente, Diogo Cão, Vasco da Gama, Fernão Mendes Pinto, Manuel de Sepúlveda, D. Sebastião, D. Manuel ou Garcia da Orta. Pelo exercício da paródia, Lobo Antunes convida o leitor à *desconstrução* do modelo heróico-mítico dos atores²⁷ da expansão marítima, despindo-os da sua celebridade na qual se viram envoltos durante séculos e apresentando-os como personagens humanizadas, sem glórias, expostos ao aviltamento e entregues à perdição e aos vícios (todos eles são, na obra, desempregados, mendigos, jogadores compulsivos, alcoólicos empedernidos ou dependentes dos prostíbulos onde procuravam incessantemente o prazer sexual, *e. g.*). Afinal, os *retornados* não seriam mais do que os próprios heróis de outros tempos, vivendo num tempo mais crítico e embaraçoso para o império português: o tempo em que a glória e a fama tinham visivelmente chegado ao seu fim. O carácter simultaneamente anacrónico e atemporal d' *As Naus* cruza na diegese dois momentos importantes da história de Portugal que dialogam, se misturam e se confundem: a “gloriosa” época dos “descobrimentos” e a “menos gloriosa” história contemporânea da descolonização, que, afinal são uma só e a mesma. A intencional falta de ordem cronológica e narrativa faz o leitor deparar-se com uma obra que se apresenta aparentemente fragmentada, que oferece no século XXI o espelho do estilhamento da própria identidade de Portugal. Permeada pelo discurso disfémico e mordaz que caracteriza a escrita de Lobo Antunes, a intenção cômica em *As Naus* consegue-se destituindo as personagens históricas da sua intocável reputação e atribuindo os seus nomes a personagens tão anónimas como os que vieram a ser os *retornados*. Por meio do burlesco e da carnavalização (na aceção bakhtiniana do termo), Lobo Antunes consegue fazer o leitor refletir sobre a condição humana daqueles que se encontravam noutros territórios fora da metrópole, trabalhando em prol do império, e que já não encontraram lugar para si (e menos o reconhecimento institucional) quando decidiram voltar a ela. Afinal, esse retorno à pátria não traduz, para os que decidiram regressar, o esperado sentimento de pertença. Os *retornados* batizados

²⁶ Os retornados são aqueles que emigraram para territórios do ultramar português (as ex-colónias) ou os descendentes destes que, sobretudo depois da Revolução de 25 de abril de 1974 (que deu a independência às ex-colónias), decidiram regressar definitivamente a Portugal. O problema levantado aqui por Lobo Antunes é de extrema relevância, já que os retornados se acharam num impasse: por um lado, não eram aceites pelos habitantes dos territórios do ultramar, por terem decidido abandonar a terra e regressar a Portugal; por outro, não eram aceites pelos mesmos portugueses, que já não os consideravam portugueses ou os viam como “portugueses de segunda”.

²⁷ Sejam eles atores diretos e indiretos, isto é, os navegantes e os escritores que os enalteceram.

com os nomes dos antigos heróis míticos regressam à metrópole desenraizados, sem dinheiro e sem futuro, trazendo na magra bagagem histórias de dificuldades e o peso de uma manifesta crise identitária: “[...] e a mulher disse Não pertença aqui num sussurro que provinha da sua desilusão e da miséria, e repetiu baixinho Não pertença aqui na exacta voz da noiva do retrato [...]” [sic] (Antunes: 27). O tom da desesperança parece querer fazer soar o alarme de um desacerto silenciado durante séculos: Portugal viveu e vive *de e para* uma imagem de si mesmo que mais não é do que ilusão passadista e que, com o regresso dos *retornados*, tocou o fundo. A partir daqui, não há maneira de cair mais baixo, haverá que construir uma nova identidade assente no presente e projetando-se no futuro.

Gonçalo M. Tavares aproveita de Lobo Antunes o “travestismo” (como lhe chama Eduardo Lourenço no prólogo a *Uma Viagem à Índia*) para colocar no centro da trama uma personagem chamada Bloom que viaja à Índia, não em 1498 mas em 2003. E, num exercício de *pastiche* em estilo “espúrio” —que não é prosa nem é poesia e é ambas ao mesmo tempo—, mantém o mesmo número de cantos e de estrofes que *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Desta vez, porém, o viajante Bloom procura na Índia um sábio hindu para sua orientação espiritual. Parece-me, daqui, poder desprender-se uma alusão alegórica: dada a dispersão do Homem motivada noutros tempos pelas riquezas materiais, talvez seja a riqueza espiritual a mais cobiçada nos tempos que correm, como noutro tempo o foram as especiarias da Índia. A escolha do nome da personagem também parece contribuir nesse sentido: Bloom não é nome português e, portanto, não tem um referente local. A escolha do nome da língua inglesa, que, nos dias de hoje, representa o “carácter universal” por ser a língua franca, arrasta consigo também o seu significado, ao qual nos parece importante estar atentos: a palavra “bloom” significa “florescimento”, como se houvesse neste homem pós-moderno um desejo intrínseco de *brotar*, de *florescer* (no sentido do crescimento pessoal). E é, afinal, para isso, que Bloom empreende esta viagem. O nome do protagonista de *Uma Viagem à Índia* parece também estabelecer uma fina intertextualidade com *Ulisses*, de James Joyce, cujas personagens —Leopold Bloom e Molly Bloom— encarnam uma profunda humanidade. A viagem gnosiológica não é, agora, motivada pelo domínio do Outro ou pela construção do conhecimento científico através do contacto com o Outro, que trouxe o aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação, a correção dos mapas geográficos, as descrições da fauna e flora das diferentes regiões, o levantamento dos usos medicinais das plantas e uma vasta documentação sobre fisionomias e costumes tribais. Desta vez, a viagem implica uma gnosiologia transcendental centrada no Eu, na era moderna das tecnologias, onde as relações humanas se converteram em meras transações comerciais. Note-se que a escolha do título particulariza esta viagem (que é *uma* viagem e não *a* viagem) e distingue-a da outra. Rompendo com o referente de *A Viagem à Índia* (a de Vasco da Gama, a das Descobertas, a da rota das especiarias, a do controlo do comércio das riquezas do Oriente, a da “glória” do império português), pela escolha do artigo indefinido “uma” em lugar do artigo definido “a”, Tavares parece, desde o título, inclinar-se para falar não *da* viagem histórico-mítica de Vasco da Gama, mas de *uma*

viagem pessoal, que, não deixando seguramente de ser heróica, não estará revestida do simbolismo mítico nacional atribuído à viagem de Vasco da Gama. Na mesma viagem, o Bloom de Gonçalo M. Tavares tem a intenção de fazer um duplo percurso: aprender o que lhe permita regressar em paz e desaprender o que o motivou para a viagem à procura do equilíbrio espiritual, de uma forma de *eudemonismo*,²⁸ num aparente retorno aos valores filosóficos da Antiguidade. Mudam as personagens e o meio pelo qual se transportam (o avião toma agora o lugar das caravelas), muda o momento socio-histórico da viagem e as motivações da mesma, mas *Uma Viagem à Índia* particulariza *esta* viagem e traz um novo conhecimento, o metafísico, importante para Bloom, ao qual os navegadores d’*Os Lusíadas* pareciam estar longe de querer aspirar e o qual parece não terem aprendido: “Agora sabe o que já pressentia. Que não viajamos para nenhum paraíso. Que todas as viagens são sempre um regresso ao passado de onde nunca saímos”, como sublinha Eduardo Lourenço no prólogo à obra (Tavares:15).

É nesse sentido —o da viagem espiritual como eterno retorno ao passado— que a viagem e a caravela que a permite são também o mote do *Conto da Ilha Desconhecida*²⁹ de José Saramago. O conto começa, à maneira tradicional, com um homem que se dirige ao rei para lhe fazer um pedido: “Dá-me um barco”. Quando o rei lhe pergunta para que quer o barco, o homem responde: “Para ir à procura da ilha desconhecida”. O rei, incrédulo, retorque que já não há ilhas desconhecidas, mas acede ao pedido e oferece-lhe um barco. A mulher da limpeza que trabalhava para o rei, ouvindo o que o homem dizia, abandona o seu ofício e decide segui-lo nessa viagem à procura da ilha desconhecida. No processo de preparação da viagem (limpeza do barco e procura da tripulação que o acompanhasse), uma preocupação assombra a mulher:

Que pensas fazer, se te falta a tripulação, Ainda não sei, Podíamos ficar a viver aqui, eu oferecia-me para lavar os barcos que vêm à doca, e tu, E eu, Tens com certeza um mester, um ofício, uma profissão, como agora se diz, Tenho, tive, terei se for preciso, mas quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver, Não o sabes, Se não saís de ti, não chegas a saber quem és [...] (Saramago, 1999: 31).

Despediram-se para dormir, indo cada um para seu lado, e o homem passou a noite a sonhar. Entre o sonho do homem e o seu despertar, verificou-se uma transmutação da caravela:

As raízes das árvores já estão penetrando no cavername, não tarda que estas velas içadas deixem de ser precisas, bastará que o vento sopra nas copas e vá encaminhando a caravela ao seu destino. É uma floresta que navega e se balanceia sobre as ondas, uma floresta onde, sem saber-se como, começaram a cantar pássaros [...]. Acordou

²⁸ Do grego εὐδαιμονία (*eudaimonía*), i. e., “felicidade”. Trata-se de uma doutrina filosófica que defende que a felicidade é o fim último da vida humana (cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*).

²⁹ *O Conto da Ilha Desconhecida*, de José Saramago foi escrito a convite dos responsáveis do Pavilhão de Portugal para a EXPO 98.

abraçado à mulher da limpeza, e ela a ele, confundidos os corpos, confundidos os beliches, que não se sabe se este é o de bombordo ou o de estibordo. Depois, mal o sol acabou de nascer, o homem e a mulher foram pintar na proa do barco, de um lado e do outro, em letras brancas, o nome que ainda faltava dar à caravela. Pela hora do meio-dia, com a maré, A Ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma (Saramago, 1999: 44).

Tendo em conta a faixa etária do público a quem se dirige, entendemos que o tom filosófico que adquire este conto infanto-juvenil de Saramago potencia várias leituras possíveis, que aqui resumirei a três: a de que nunca é tarde demais para ir à procura de si mesmo; a de que a posse (do barco, neste caso) não é um fim em si, mas um meio que deve ser posto ao serviço de outro fim “mais nobre”; e a de que não há verdadeira viagem que não seja a da procura de nós mesmos.

Em suma, o percurso que quisemos aqui traçar prende-se com o aproveitamento do tema da viagem (nomeadamente, as viagens marítimas da época da expansão), desde muito cedo presente na história da literatura portuguesa, que marcou decisivamente a chamada “Literatura de Viagens” em Portugal e foi o rasgo mais importante da identidade portuguesa, por via dos factos históricos e, sobretudo, por via do reconhecimento dado ao poema épico *Os Lusíadas* de Camões e ao próprio autor como símbolo indissociável da identidade nacional. Depois disso, as viagens da expansão marítima foram mote para uma produção literária vasta que posiciona o Eu face ao Outro num exercício de conhecimento empírico da alteridade pelo contacto e por comparação consigo mesmo, que assenta em discursos descritivos das realidades vistas além-mar e que pouco mais fazem do que assinalar as diferenças entre os mundos postos em acareação (tomamos, aqui, em conta os discursos *autorizados* pelos interesses ideológicos: textos como *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, inscrevem-se num espírito crítico e até autocrítico que a nação marginalizou). Por fim, não podendo desfazer-se dessa “tradição viajante”, o mesmo mote serve atualmente a produção da literatura portuguesa contemporânea, porém, não agora no sentido de uma apreensão imediata e superficial do Outro, mas no sentido do questionamento e do conhecimento de si mesmo.

A ameaça da descolonização e consequente materialização da mesma nos anos 70 do século XX veio a destruir o “sonho do império” em que Portugal viveu, de maneira autista, *in saecula saeculorum*. Aí nos parece estar um importantíssimo acerto de Lobo Antunes n’ *As Naus*, quando aos retornados dá os nomes dos antigos heróis portugueses, fazendo conviver no mesmo tempo da descolonização o passado mítico e o inglorio presente das independências das colónias: o “sonho do império” tinha chegado ao fim. E tanto assim era que aqueles que edificaram esse mesmo império e o revigoraram durante tantos séculos estavam agora de volta, praticamente desprovidos de bagagem, a uma pátria que já não reconhecia (ou não quis reconhecer) os seus “mais prodigiosos” filhos.

Com o “sonho do império” em ruínas, Portugal persegue o “sonho da democracia”, que veria o seu ponto mais alto a 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Enfrentando-se a quase meio século de ditadura com o Estado Novo, Portugal luta por

recuperar a liberdade de expressão política, intelectual e moral que há muito tinha perdido com o regime autoritário de Oliveira Salazar. Consolidada a democracia, Portugal parece, depois, ter ficado à deriva, numa espécie de lugar vazio, de matéria negra. Assim também parece estar Bloom — e essa terá sido a razão que o terá motivado a fazer *Uma Viagem à Índia*. Assumindo certa distância em relação à nação (cf. Mexia), a obra de Tavares não deixa de dialogar com ela, não só pelas evidentes aproximações que se têm feito de ambas as obras (nomeadamente, a nível formal), mas sobretudo porque esta é o espelho inverso da outra. Quero com isto dizer que, se *Os Lusíadas* de Camões mostra o carácter épico da viagem à Índia, dos navegadores portugueses e dos logros por eles obtidos, Bloom na sua viagem com o mesmo destino, é-nos apresentado como um anti-herói que, não sendo no regresso a mesma pessoa que partiu, nada parece ter conseguido com essa viagem. Bloom é um homem falhado. E, nesse sentido, *Uma Viagem à Índia* junta-se ao tom negativo e irónico d’ *As Naus*. Bloom é-nos apresentado pelo próprio Tavares como “uma personagem de ficção que age totalmente sozinho. É um individualista do século XXI. Alguém que foge sozinho, decide apenas pela sua cabeça e regressa, no fim, também sozinho” (*Ibidem*) — que, afinal, lembra o lema salazarista promotor da identidade nacional, que embandeirava ainda no século XX *Os Lusíadas* e Camões como símbolo máximo dessa identidade: “Orgulhosamente sós”. Visto desta maneira, Bloom cobra uma dimensão expressiva que, provavelmente, o próprio autor não lhe quis dar e que levou os críticos em Portugal a considerar *Uma Viagem à Índia* como a epopeia portuguesa do século XXI. Neste percurso individualista de homem só da era moderna, Bloom é, afinal, a metáfora desse Portugal que se orgulhava de viver o “sonho do império” e de agir à margem da Europa e do mundo, ignorando-os e, pela mesma via, sendo ignorado por eles.

Ato falhado, a questão volta a colocar-se: que sonho irá agora Portugal perseguir? A resposta parece encontrar-se no *Conto da Ilha Desconhecida*, de José Saramago: sem individualismos (afinal, a mulher da limpeza acompanha o homem que pediu um barco ao rei); sem procurar o Outro, mas procurando-se a si mesmo; e, tendo em conta o teor infanto-juvenil do conto, fazendo-o uma nova geração (aquela a quem o conto se dirige).

Bibliografia

- ALVES, Hélio. 2003. “‘As Memórias Gloriosas’ e o Inglório Esquecimento: Na(rra)ção e Canonização nos *Lusíadas* de Camões e no *Sepúlveda* de Corte-Real”. Universidade de Évora. 21 outubro 2012. <http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/memorias_gloriosas.pdf>.
- ANDRADE, Oswald de. 1991. *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*. São Paulo: Globo/Secretaria de Estado da Cultura.
- ANTUNES, António Lobo. 2006. *As Naus*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 4 outubro 2012. <<http://www.jardimdigital.com/pdfs/Livros/Livros%20de%20Es->

- critores%20Portugueses/Ant%F3nio%20Lobo%20Antunes%20(3%20livros)/Ant%F3nio%20Lobo%20Antunes%20-%20As%20Naus.pdf>.
- BARROS, João de, e Diogo COUTO. 1778. *Da Ásia*. Acervo da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. 9 outubro 2012. <http://purl.pt/7030/3/1-79443-p/1-79443-p_item3/1-79443-p_PDF/1-79443-p_PDF_01-B-R0150/1-79443-p_0001_capa-21_t01-B-R0150.pdf>.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1978. *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Amadora: M. E. C. Secretaria de Estado da Cultura.
- CAMINHA, Pero Vaz de. 1500. *Carta a D. Manuel sobre o Descobrimento do Brasil*. Acervo digital / livros eletrônicos da Biblioteca Nacional do Brasil. 12 outubro 2012. <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/re-lacaodopilotoanonimo.pdf>.
- CAMÕES, Luís Vaz de. 2009. “Os Lusíadas”, Documentário *Grandes Livros*. RTP2. 4 outubro 2012. <<http://www.youtube.com/watch?v=bezBEKvJXn4&feature=relmfu>>.
- _____. 2000. *Os Lusíadas*. 4ª ed. Leitura, prefácio e notas de Á. J. DA COSTA PIMPÃO. Apresentação de Aníbal PINTO DE CASTRO. Lisboa: Instituto Camões / Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- CHAVES, J. A. Castelo Branco. 1987. *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: ICALP/Ministério da Educação.
- CRISTÓVÃO, Fernando. 1999. “Introdução. Para uma teoria da Literatura de Viagens”. *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coord. Fernando CRISTÓVÃO. Lisboa: Cosmos / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa.
- História e Antologia da Literatura Portuguesa*, “Século XVI” —Literatura de Viagens— II. 2002. Fundação Calouste Gulbenkian, Boletim nº 23. A partir de “Tratado das Coisas da China”. 1997. Introd., modernização do texto e notas de Rui Manuel LOUREIRO. Lisboa: Edições Cotovia.
- INSTITUTO CAMÕES. *Literatura de Viagens*. 2001. 18 outubro 2012. <<http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/litviagens.htm>>.
- LOURENÇO, Eduardo. 2002. *Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Gradiva.
- MACHADO, José Pedro. 1995. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. v. 7ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MENDES, Fernão. “Peregrinação”, Documentário *Grandes Livros*. RTP2. 12 outubro 2012. <<http://www.youtube.com/watch?v=aU-wXwnUj30>>.
- MEXIA, Pedro. 2010. “Gonçalo M. Tavares: O romance ensina a cair”. *Ípsilon do jornal Público*. 21 outubro 2013. <<http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=268246>>.
- MORO, Thomas [1516]1999. *Utopía*. Madrid: Edimat Libros.
- PINTO, João Rocha. “Literatura de viagens”. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II. 1994. Dir. Luis DE ALBUQUERQUE. Lisboa: Caminho.

- REIS, José Eduardo. [s. d.]. “Avatares de Rafael Hytloedeu ou a recepção da Utopia de Thomas More no romance português contemporâneo”. Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) / Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (FLUP). 5 outubro 2012. Artigo publicado no repositório da UTAD, disponível em: <<http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/1835/1/Avatares.pdf>>.
- Relação do Piloto Anónimo sobre o Descobrimento do Brasil*. Acervo digital / livros eletrónicos da Biblioteca Nacional do Brasil. 12 outubro 2012. <http://objdigi.tal.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/relacaodopilotoanonimo.pdf>.
- SACHETTA, José. 1998. “Modelo lusitano. A história de Fernão Lopes, o português que inspirou Robinson Crusoe”. *Revista Veja*. Versão Online. 2 setembro 2012. <http://veja.abril.com.br/290498/p_053.html>.
- SARAIVA, José António de, e Óscar LOPES. 2005. *História da Literatura Portuguesa*. 17ª ed. Porto: Porto Editora.
- SARAMAGO, José. 1999. *O Conto da Ilha Desconhecida*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- TAVARES, Gonçalo M. 2010. *Uma Viagem à Índia*. Lisboa: Caminho.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1994. “Preste João”. *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. II. Dir. Luís DE ALBUQUERQUE. Lisboa: Caminho.
- VELOSO, Rui. 1991. *Auto da Pimenta*. CD [vide livreto].
- VICENTE Gil. [1562]. [s. d.]. *Auto da Índia*. Porto: Porto Editora. (Col. Clássicos da Literatura Portuguesa)